



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

### **ATA DA VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, NA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA.**

Às 19h20min de 18 de outubro de 2013, no Plenário Amyntas de Barros, sob a presidência do vereador Henrique Braga e com a presença dos vereadores Gilson Reis, Jorge Santos e Adriano Ventura, reuniu-se, em caráter extraordinário, a Comissão de Orçamento e Finanças Públicas da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH. Havendo quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos. Registre-se a presença dos vereadores Arnaldo Godoy, Pedro Patrus e Wellington Bessa-Sapão. Da Ordem dos Trabalhos, constou: I - Audiência Pública com o Executivo para apresentar o Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG/2014-2017, conforme área de resultado do Programa BH Metas e Resultados, Cidade com Mobilidade e Integração Metropolitana para que a sociedade possa debatê-lo e apresentar sugestões, nos termos do Requerimento nº 1.741/13, de autoria dos vereadores Henrique Braga, Gilson Reis, Jorge Santos e Adriano Ventura. Foram convidados a tomar assento à mesa: 1) o diretor-presidente da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A - BHTrans, Ramon Victor Cesar; 2) o secretário municipal de Desenvolvimento, Custódio Antônio Mattos. O secretário municipal adjunto de Orçamento, Thiago Grego, convidou a todos para audiências públicas da CMBH sobre o PPAG e a Lei Orçamentária Anual - LOA, em 21 e 22/10/13. Indicou o caminho para obter as informações orçamentárias da PBH na internet. O secretário municipal de Desenvolvimento, Custódio Antônio Mattos, disse que seu papel nesta audiência era secundário e que falaria sobre o tema afeto a sua pasta em 21/10/13. Observou que o tema da integração metropolitana é de importância central. Comentou que o governo do Estado assumiu protagonismo maior na Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH, por meio da atuação da Agência de Desenvolvimento

A handwritten signature in black ink, located at the bottom right of the page.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

da Região Metropolitana de Belo Horizonte - ADRMBH. Avaliou que a atuação de Minas Gerais no gerenciamento de questões metropolitanas é ímpar no Brasil. Avaliou que é inviável realizar planejamento bem sucedido de Belo Horizonte dissociado do contexto da RMBH. Apresentou indicadores econômicos de comparação entre o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH - mais elevado e o mais baixo dos Municípios da RMBH de 1991 até 2016. Apresentou as principais metas e resultados de Belo Horizonte para a RMBH desenvolvidos por estudo da Fundação João Pinheiro, a saber: 1) criação de novas regras para os táxis que atendem ao Aeroporto de Confins; 2) projeto para utilização da malha ferroviária da RMBH para transporte de passageiros até 2015; 3) regulamentação da utilização do solo em áreas limítrofes a Belo Horizonte. Salientou que Belo Horizonte participa do financiamento do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano e apoia projeto de lei estadual para disciplinar o uso do solo na RMBH. Mostrou valores relativos ao Fundo de Desenvolvimento Metropolitano. Destacou que Belo Horizonte contribui com cerca de R\$5 milhões para esse fundo. Disse que esse fundo contratou a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG - para realizar estudo para disciplinar o uso do solo na RMBH segundo as vocações de cada região. O diretor-presidente da BHTrans, Ramon Victor Cesar, disse que apresentaria de forma sintética a área de resultados Cidade com Mobilidade, do PPAG. Destacou que no PPAG há detalhamento cuidadoso dos compromissos de campanha do prefeito Marcio Araujo de Lacerda. Apresentou os projetos de: expansão do metrô; implantação do Programa Corta Caminho; conclusão da Avenida Pedro I; prioridade ao transporte coletivo; gestão inteligente da mobilidade; transporte seguro e sustentável. Mostrou índices de crescimento populacional, de acidentes de trânsito, da frota de veículos e da demanda por ônibus no transporte coletivo. Destacou a evolução anual do número de automóveis novos registrados em Belo Horizonte. Disse que entre 2008 e 2010 a BHTrans desenvolveu plano de mobilidade que prevê a criação de rede estruturante de transporte com linhas de metrô e de Bus Rapid Transit - BRT - coalimentados por sistema de ônibus coletivos e complementado por rede de ciclovias.





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Apresentou a distribuição percentual das viagens entre os modos de transporte motorizados. Afirmou que a Prefeitura de Belo Horizonte - PBH - está empenhada em alcançar índice de 70% das viagens realizadas por meio de modos de transporte coletivos. Disse que Barcelona é a referência para essa proposta. Apresentou as principais metas para o BRT e o metrô: criação de dois corredores convergentes de BRT para o hipercentro, passando pelas avenidas Antônio Carlos, Pedro I, Vilarinho e Cristiano Machado; modernização e expansão do metrô, o que inclui a modernização da Linha 1, o início de operação da Linha do Barreiro e a construção da Linha Savassi/Lagoinha, que está com o projeto de engenharia em fase de detalhamento; extensão da Linha Savassi até o Bairro Olhos D'água; aumento de 200.000 para 900.000 passageiros de metrô, de 28km de trilhos para 44km, de 19 para 32 estações, de 100 para 240 carros, de 25 trens para 44, de 650 empregados para 1.400. Apresentou projeto de expansão para 200km das rotas cicloviárias, com integração delas às estações de ônibus e metrô. Apresentou o Projeto Mobicentro. Disse que esse projeto objetiva dar novo tratamento viário e de sinalização semafórica principalmente no hipercentro, área hospitalar e Praça Raul Soares. Salientou que essas alterações visam a priorizar o fluxo de pedestres e aumentar a velocidade média dos ônibus no Hipercentro. Disse que a conclusão das obras da Via 210 criará novo corredor de ônibus e solucionará problemas de congestionamento de trânsito. Destacou que a Via 710 interligará as regiões Leste e Nordeste do Município. Disse que o projeto de construção do Boulevard Arrudas III diminuirá o tráfego de automóveis no Hipercentro, liberando os logradouros para o tráfego de pedestres e de transportes públicos. Destacou que a nova Rodoviária do Bairro São Gabriel estará operando em 18 meses. Citou a proposta de criação de três linhas de ônibus executivos. Destacou projeto de criação de estacionamentos subterrâneos na área central do Município, totalizando 2.280 vagas. Disse que há proposta de implantação de BRT na Avenida Amazonas, interligando a Cidade Industrial e a Região Oeste. Observou que houve acréscimo de 80% nos valores destinados à área da mobilidade, comparando-se o quadriênio passado com o que se inicia agora.

A handwritten signature in black ink, consisting of several loops and strokes, located at the bottom right of the page.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Disse que um terço desses recursos é da PBH e o restante é composto por repasses e empréstimos. Apresentou os valores previstos para cada projeto apresentado. Apresentou os valores orçados no PPAG para os projetos Gestão da Mobilidade Urbana e Gestão do Sistema Viário Municipal. Apresentou os valores previstos no PPAG para a área da mobilidade, distribuído percentualmente em pessoal, custeio e investimento. O vereador Jorge Santos questionou por que a construção do Terminal da Pampulha não está prevista na Ação Prioridade do Transporte Coletivo e sim no orçamento relacionado ao BRT. O vereador Gilson Reis avaliou que a CMBH tem realizado profícuos debates sobre o PPAG, avançando na construção coletiva desse instrumento orçamentário. Disse que há na CMBH crítica permanente sobre o trânsito caótico do Município e a falta de planejamento com uma visão global sobre esse problema. Apresentou questionamento sobre a não execução de R\$3 bilhões para o metrô. Questionou se o Município perdeu o direito a esses recursos federais. Questionou por que nenhuma obra para o metrô com recursos federais foi executada. Repercutiu matéria do jornal *Valor Econômico*, segundo a qual Belo Horizonte perderia cerca de R\$7,7 bilhões em recursos federais para a área da mobilidade devido a ausência de projetos. Perguntou se essa informação é verdadeira. Criticou os atrasos nas obras do BRT. Questionou se a PBH abandonou a proposta de promover a integração do transporte metropolitano via trilhos para realizá-la via BRT em coligação com as empresas concessionárias de transporte coletivo. Considerou que o volume de recursos destinados ao Programa Corta Caminho leva a crer que a PBH privilegia o transporte particular em detrimento do coletivo. Salientou a necessidade de estimular o transporte por bicicleta e promover condições para sua expansão com segurança. Considerou baixos os valores orçados para expansão do número de ciclovias em Belo Horizonte. Questionou o porquê de não terem sido apresentadas informações solicitadas pelas bancadas do Partido dos Trabalhadores - PT - e do Partido Comunista do Brasil - PCdoB. Salientou ser inadmissível que o Executivo sonegue informações solicitadas pela CMBH. O vereador Adriano Ventura reiterou o questionamento

A handwritten signature in blue ink, located at the bottom right of the page.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

apresentado pelo vereador Gilson Reis sobre informações solicitadas pelas bancadas do PT e do PCdoB. Salientou a importância de que fosse lido relatório sobre o PPAG desenvolvido pelo Movimento Nossa BH. Criticou a falta de diálogo do Executivo no que se refere ao planejamento de obras no Município. Lembrou que, quando se discutiu a construção do BRT na Avenida Cristiano Machado, foi proposto na CMBH a criação de BRT na Avenida Amazonas. Ponderou que criação de BRT na Avenida Amazonas naquela ocasião minimizaria problemas vários decorrentes do elevado número de obras em execução no Município. Lembrou que, naquela ocasião, o Executivo foi contrário a essa proposta. Criticou obra viária em área que dá acesso ao Bairro Betânia e à Região do Barreiro. Disse que, no que se refere a essa obra, também o Executivo não ouviu pronunciamentos de vereadores que alertavam sobre os equívocos envolvendo a concepção dessa obra. Avaliou que as demandas apresentadas por movimentos populares não deixam outra alternativa ao prefeito Marcio Araujo de Lacerda que não seja buscar meios para implementação de tarifa gratuita no transporte público. Argumentou que o período de elaboração do PPAG é o adequado para se inserir essa demanda no planejamento orçamentário municipal. Observou que os mesmos empreendedores concessionários do serviço de transporte público por ônibus serão os concessionários do BRT. Criticou o desenho do trajeto de linha de metrô que atenderá à Região do Barreiro. Avaliou que não há sentido em se criar linha de metrô ligando o Bairro da Lagoinha à Savassi, mas sim ligando a Pampulha à Savassi. Declarou-se contrário à proposta de criação de centro administrativo municipal no Bairro Lagoinha. Criticou a realização de várias obras simultaneamente, o que considerou que gera dificuldades para concluí-las. Considerou mais salutar do ponto de vista financeiro e logístico concluir obras em andamento antes de se iniciarem outras, sob o risco de se deixarem obras inacabadas para a próxima gestão municipal. Comentou a previsão de execução de 10% das obras do BRT da Avenida Amazonas em 2014 e 90% em 2015. Considerou que essa previsão leva a crer que essa obra não será concluída nesta gestão. Destacou erro no PPAG no que se refere a recursos para expansão da rede

A handwritten signature in the bottom right corner of the page.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

de ciclovias do Município. Observou que estava prevista realização de 100% da meta em 2014 e 0% nos anos subsequentes. Defendeu a mudança na lógica do transporte em Belo Horizonte que priorize os pedestres, ciclistas, os meios de transporte coletivos e que viabilize a implantação de tarifa gratuita em ônibus coletivos. Reivindicou que o Executivo estreite o diálogo com entidades representantes de ciclistas para planejar o desenvolvimento da rede de ciclovias do Município e para que possam indicar erros e dificuldades nesse tipo de via. O presidente convidou a compor a mesa o deputado estadual Paulo Lamac. O vereador Arnaldo Godoy comentou que o prefeito Marcio Araujo de Lacerda tem apresentado aos munícipes propostas de alteração da Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo, de legislação relativa a Áreas de Diretrizes Especiais - ADEs - e operações urbanas sem realizar consultas à população. Considerou que o prefeito Marcio Araujo de Lacerda deveria ter convocado Conferência Municipal de Política Urbana, o que considerou ser fórum adequado para discussão desses temas. Avaliou que há no País outras regiões metropolitanas mais avançadas no planejamento intermunicipal do que a RMBH. Considerou que a proposta de criação de estacionamentos subterrâneos no Hipercentro vai de encontro à meta de priorização do transporte público. Considerou que essa proposta privilegiará classe restrita de cidadãos que utilizam transporte privado e podem pagar altos preços por estacionamentos. Manifestou-se contrariamente a que o Município seja entregue à classe empresarial para que obtenham lucros sem atender aos objetivos e expectativas da população. Observou que, segundo o jornal *Valor Econômico*, a parceria público-privada da Educação em Belo Horizonte renderá à empresa Odebrecht cerca de R\$100 milhões de reais. Destacou que, segundo o jornal *Estado de Minas*, dos R\$40 milhões disponibilizados ao Município para combate à Dengue, foram utilizados apenas R\$3 milhões. Sugeriu que o Executivo priorize as iniciativas mais importantes para a vida dos munícipes. O vereador Pedro Patrus considerou muito baixos os recursos disponibilizados para o Programa Transporte Seguro e Sustentável, com menos de 1% do orçamento da área de mobilidade urbana. Considerou irrisória a proposta de

A handwritten signature in the bottom right corner of the page.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ampliação de ciclovias se colocada frente às demandas de Município do porte de Belo Horizonte. Considerou estranho o fato de que o programa com maior aporte financeiro seja o Programa Corta Caminho, que, segundo avaliou, privilegia o transporte particular. Apresentou questionamento sobre o que seriam as ações sociais previstas no Programa Corta Caminho. Comentou que quando o Executivo propõe priorizar o transporte público propõe a realização de grandes obras, mas não se verificam iniciativas para melhorar a qualidade do transporte público. Opinou que priorizar o transporte público não consiste apenas em realizar obras viárias. Questionou se as obras do BRT serão concluídas até 2014, conforme previsto no PPAG. Solicitou explicações sobre meta de atender a uma família no projeto de construção do novo terminal rodoviário. Defendeu que a lógica do transporte em Belo Horizonte seja repensada para priorizar os pedestres, ciclistas e o transporte coletivo. Disse que o Executivo respondeu a ofício encaminhado pelas bancadas do PT e do PCdoB declarando que não poderia encaminhar respostas por estar em andamento serviço de auditoria. Disse que o arquivo que contém o contrato desse serviço não abre no sítio da PBH na internet. Observou que há previsão de que essa auditoria encerre-se em novembro. Questionou o porquê de não terem sido encaminhados relatórios parciais dessa auditoria em resposta ao ofício encaminhado pelas bancadas do PT e do PCdoB. O presidente leu informe contendo orientações para a população apresentar sugestões de emendas ao PPAG à Comissão de Orçamento e Finanças Públicas. Convidou os presentes para audiências públicas com a finalidade de discutir o PPAG na temática Prosperidade e Cidade Sustentável e a Lei Orçamentária Anual - LOA. O presidente franqueou a palavra aos presentes. André, representante da Assembleia Popular Horizontal, disse que o movimento que representa apresentaria proposta de emenda ao PPAG para implementar a gratuidade no transporte coletivo aos domingos. Observou que nos últimos quatro anos foram destinados cerca de R\$950 milhões ao Programa Corta Caminho e menos de R\$15 milhões ao custeio do meio-passe. Considerou estranho o Executivo falar em priorizar o transporte coletivo enquanto não haja política de

A handwritten signature in black ink, located at the bottom right corner of the page.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

subsídio e de gratuidade no transporte coletivo. Criticou a proposta de criação de três linhas de ônibus executivos, enquanto nas regiões periféricas não há ônibus circulando aos domingos e à noite. Avaliou que o planejamento da PBH é elitista, retrógrado e privilegia os moradores da Região Centro-Sul. Observou que os responsáveis pelo planejamento do sistema de transporte público não são usuários desse sistema. Considerou mais importante discutir o atendimento do transporte público nas regiões periféricas do que destinar cerca de R\$1 bilhão ao Programa Corta Caminho. Discordou da realização de obras de cobertura de rio. Comentou que há proposta de ampliação da Rua Conselheiro Rocha, orçada em cerca de R\$33 milhões. Avaliou que essa obra gerará enorme transtorno para a população que mora no entorno da Rua Conselheiro Rocha para beneficiar o capital. Declarou que a população não admitirá ações que visam a favorecer a especulação imobiliária travestidas de obras viárias. Cíntia Melo, educadora infantil e membro do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte - Sindrede-BH, disse que mora em Contagem e gasta três horas em transporte público para chegar à escola em que trabalha. Avaliou que se esse percurso fosse atendido por metrô o tempo gasto se reduziria para cerca de vinte minutos. Reivindicou melhorias no sistema de transporte coletivo. Declarou-se contrária à realização de obras que visam a atender minorias privilegiadas. Destacou a inflação elevada sobre os gêneros alimentícios. Avaliou que o Executivo dispõe de muitos recursos, sendo, portanto, inadmissível que não apresente propostas mais sérias à população. Considerou mais benéfico ampliar o atendimento por metrô do que construir estacionamentos subterrâneos. Lucas, representante da Assembleia Popular Horizontal, declarou-se impressionado pelo volume de incongruências e contradições existentes no PPAG. Destacou que há obras com previsão de conclusão em 2015, mas que continua a ter orçamento elevado nos dois anos subsequentes a sua conclusão. Criticou a destinação de R\$33 milhões para projetar 80km de intervenções viárias. Observou que essa ação está inserida no Programa Priorização do Transporte Coletivo, que dispõe de R\$198 milhões. Questionou se este gasto de R\$33 milhões

A handwritten signature in black ink, located at the bottom right corner of the page.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

constitui efetivamente gasto com priorização do transporte coletivo. Questionou por que os recursos destinados ao Programa Priorização do Transporte Coletivo correspondem a 17,85% dos recursos destinados ao Programa Corta Caminho. Observou que o objetivo do Programa Transporte Seguro e Sustentável é estimular os modos de transporte não motorizados, entretanto, nesse programa está incluída a ação de construir-se vagas de estacionamento subterrâneo no Hipercentro. Questionou se essa ação constitui estímulo aos modos de transporte não motorizados. Solicitou acesso à planilha de custos referente ao ano de 2007. Disse que essa informação não está disponível na internet. Saliu que a Lei de Acesso à Informação garante o direito de acesso a essa planilha. Roberto, professor de Arquitetura na UFMG e membro da Assembleia Popular Horizontal, considerou curioso que Belo Horizonte tenha Barcelona como modelo do sistema de transporte público. Observou que, em Barcelona, os usuários arcam com 44% do custo do sistema e o poder público arca com 56%. Destacou que, em Barcelona, há ônibus com piso baixo, movidos a gás natural e com câmbio automático, e os usuários de transporte coletivo são tratados com decência. Argumentou que a abertura de novas vias e o alargamento de vias antigas não promove melhorias no trânsito, mas estimula o aumento da frota de veículos particulares. Considerou que as obras do Boulevard Arrudas constituem crime contra a mobilidade urbana e o meio ambiente. Questionou se a finalidade da Via 710 é melhorar o transporte público. Observou que o metrô faz a ligação da Avenida dos Andradas com a Avenida Cristiano Machado e a Via 710 cumprirá a mesma finalidade. Considerou que todo o planejamento da PBH relativo a mobilidade urbana promove o incentivo do crescimento da frota de veículos particulares. Um cidadão não identificado defendeu que o poder público invista na qualidade do transporte coletivo. Criticou a segurança dos ônibus coletivos em caso de acidentes. Criticou o longo período para conclusão das obras do BRT e o elevado volume de recursos públicos investidos nesse projeto. Argumentou que a população perecerá caso não se implemente política séria de valorização do transporte coletivo. Reivindicou cadeiras adequadas nos ônibus





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

coletivos para proteger os usuários contra acidentes. Defendeu que as avenidas sejam projetadas para priorizar a circulação de ônibus. Criticou o fato de que muitos usuários do transporte coletivo viajam em pé em condições de superlotação. Defendeu a criação de estacionamentos para que os cidadãos deixem seus carros e façam conexão com modos de transporte coletivos. O professor Francisco, membro da Assembleia Popular Horizontal, salientou que a maioria da população transporta-se por ônibus, bicicleta ou a pé. Considerou inadequado que o planejamento do transporte público seja realizado por pessoas que utilizam estritamente o transporte particular em seu dia a dia. Destacou que a Assembleia Popular Horizontal apresentava, nessa data, proposta de emenda ao PPAG fruto de estudos prévios. Observou que a população não tem a responsabilidade de prover a PBH com estudos que visem a embasar a implementação de políticas públicas. Considerou absurda a destinação de cerca de R\$1,1 bilhão para o Programa Corta Caminho, que, segundo afirmou, tornará a cidade repleta de concreto e viadutos. Avaliou que o objetivo desse projeto não é beneficiar o fluxo de automóveis, mas viabilizar lucros a empreiteiras que, segundo afirmou, financiam campanhas eleitorais de políticos com os quais têm relacionamentos promíscuos. Argumentou que a CMBH deve atuar em nome da maioria da população visando ao bem-estar coletivo. Declarou que a Assembleia Popular Horizontal apresentava proposta de tarifa gratuita no transporte coletivo aos domingos visando a que seja o primeiro passo de futura proposta política de mobilidade urbana que beneficie a maioria da população. Augusto, representante da Associação dos Ciclista Urbanos de Belo Horizonte - BH em Ciclo - e membro da Assembleia Popular Horizontal, considerou o PPAG um compêndio confuso. Observou que na Área Transporte Seguro e Sustentável não há discriminação dos valores a serem empregados por cada ação. Disse que o Projeto de Construção de Estacionamentos Subterrâneos está incluso nessa área, assim como o Projeto de Expansão da Rede de Ciclovias. Salientou que, diante disso, não há como a população saber com exatidão os volumes de recursos orçados para uma e outra ação. Avaliou que a política de mobilidade por

A small, stylized handwritten signature or mark in the bottom right corner of the page.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

bicicleta em Belo Horizonte resume-se a política de *marketing*. Disse que as ciclovias de Belo Horizonte não possuem mínimas condições de segurança. Argumentou que a política pública de ciclovias para ser bem sucedida deve investir maciçamente em campanhas educativas e fiscalização. Reivindicou fiscalização da distância obrigatória de segurança de 1,5m para veículos que ultrapassem bicicletas. Enfatizou a necessidade de que as ciclovias sejam integradas a transporte público de qualidade e eficiente. Declarou apoio a proposta de tarifa gratuita aos domingos. Discordou de gráfico apresentado por Ramon Victor Cesar em que mostrava crescimento da frota de veículos e manutenção da demanda por ônibus ao longo dos anos. Ponderou que a curva de aumento da frota de veículos representa, na verdade, o crescimento da demanda por ônibus, e a curva estática representa os ônibus que têm sido disponibilizados pelo poder público. Afirmou que é preciso coragem para alterar esse panorama. Um cidadão não identificado informou que a Assembleia Popular Horizontal não teve acesso aos dados relativos às planilhas de custo do transporte público, o que, segundo salientou, é garantido pela Lei de Acesso à Informação. Disse que a Assembleia Popular Horizontal propõe implementar tarifa gratuita no transporte coletivo aos domingos e feriados. Destacou que as concessionárias não serão prejudicadas por essa proposta e os recursos para financiamento da proposta seriam originados do erário. Defendeu ampliação do número de viagens aos domingos e feriados, usando-se como referência o número de viagens realizadas aos sábados. Avaliou que os ônibus circulam vazios aos domingos e feriados porque a população sabe que os horários são muito espaçados e prefere não utilizar o serviço por falta de comodidade. Comentou que a finalidade do transporte público não deve ser apenas levar a população ao trabalho em ônibus lotados, mas também viabilizar acesso a cultura, lazer, serviços e outros direitos. Iasmin, professora e membro da Assembleia Popular Horizontal, observou que os recursos necessários para implementação da tarifa gratuita aos domingos e feriados são de cerca de R\$128 milhões. Argumentou que o Executivo tem destinado recursos a obras que não são do interesse maior da população. Disse que

A handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

a concepção da atual gestão do Município vislumbra a cidade como uma empresa cuja finalidade é gerar lucros para o capital. Argumentou que a população deseja administração que promova a convivência entre os cidadãos e o acesso a direitos. Salientou que a implantação de tarifa gratuita no transporte coletivo viabilizará o acesso a direitos a cidadãos que estão alijados de seu usufruto. Destacou que, segundo estudo, 35% da população belo-horizontina tem dificuldades para custear a tarifa de transporte público. Argumentou que o direito ao transporte é o direito à cidade e a condição de acesso a outros direitos como à cultura e ao lazer. Juliana, estudante da UFMG e membro da Assembleia Popular Horizontal e da Assembleia Nacional de Estudantes - Livre - ANEL, considerou que, dadas as contradições e absurdos em inversões de prioridades, não pode ser dito que o PPAG é sequer uma carta de intenções. Criticou a prioridade dada ao transporte rodoviário em detrimento do ferroviário. Considerou irrisórias as propostas relativas à ampliação do atendimento do metrô. Avaliou que investimentos no metrô são uma das principais soluções para os problemas relativos à mobilidade. Considerou que para o prefeito Marcio Araujo de Lacerda a cidade trata-se de balcão de negócios e a parceria público-privada é só mais uma expressão disso. Destacou que a Assembleia Popular Horizontal produziu documento que demonstra a viabilidade econômica da implementação da proposta de tarifa gratuita aos domingos e feriados. Lembrou que, durante a Copa das Confederações, disponibilizou-se transporte gratuito para estrangeiros irem a jogos de futebol. Disse que projeto de lei de iniciativa popular para implantação de tarifa gratuita no transporte público está em ótimo andamento. Questionou a opinião do Executivo sobre esse projeto. Questionou se no próximo PPAG serão previstos recursos para gratuidade do transporte coletivo. Joviano Mayer, representante das Brigadas Populares, defendeu a extinção da BHTrans por ser uma sociedade anônima, tendo, portanto, a finalidade de obter lucros, o que considerou incompatível com a função de gestor da política de mobilidade urbana desempenhada pela empresa. Considerou que a gestão da política de mobilidade urbana deve ser realizada pela administração direta. Considerou absurdo que o

A handwritten signature in black ink, located at the bottom right of the page.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Município investirá cerca de R\$1 bilhão e a União cerca de R\$3 bilhões para entregar as linhas 2 e 3 do metrô para serem geridas pela iniciativa privada, via parceria público privada. Observou que, da mesma maneira, o projeto de construção de estacionamentos subterrâneos será construído via parceria público privada ao custo de quase R\$1 milhão por vaga. Considerou que a realização de projetos dessa natureza trata-se de rapinagem de recursos públicos. Considerou que o Programa de Estrutura Viária de Belo Horizonte - Viurbs - e o Projeto Corta Caminho são mostras de que o Executivo age de má-fé e acredita que a população é estúpida. Criticou a proposta de obra na Rua Conselheiro Rocha que foi orçada em R\$5 milhões para a obra em si e R\$33 milhões para desapropriações. Criticou a construção no Boulevard Arrudas de viaduto que começa na Avenida Tereza Cristina e termina na mesma Avenida cerca de 500m depois. Considerou essa obra desnecessária. Avaliou que uma simples obra de drenagem resolveria os problemas relativos a risco de inundações existentes nessa área. Destacou que as obras do Boulevard Arrudas consumiram cerca de 35% dos recursos do Plano de Aceleração do Crescimento para a Copa do Mundo - PAC Copa. Afirmou que a gestão da PBH trata-se de organização mafiosa. O presidente da Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas da Grande Belo Horizonte - Ames-BH - e membro da Assembleia Popular Horizontal, Lincoln Emmanuel, declarou-se indignado pelo fato de o Executivo apresentar projetos ditos para aprimorar o transporte público e o fluxo de pedestres, quando são na verdade projetos para garantir lucros de empreiteiras que financiaram a campanha do prefeito Marcio Araujo de Lacerda. Disse que recursos públicos foram desperdiçados por obras refeitas várias vezes na Avenida Cristiano Machado. Argumentou que esses recursos desperdiçados poderiam ser aplicados em moradia, transporte e educação. Referiu-se a projeto orçado em R\$1,1 bilhão destinado a viabilizar lucros de empresas associadas ao prefeito Marcio Araujo de Lacerda, que, segundo afirmou, trata a cidade como um balcão de negócios. Defendeu que esses recursos sejam investidos para viabilizar o transporte público gratuito em Belo Horizonte. Defendeu a



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

estatização do transporte público em Belo Horizonte. Criticou obra de expansão em viaduto na Avenida Antônio Carlos. Eduardo, morador do Bairro Lagoinha, comentou as dificuldades relativas ao transporte público, enfrentadas pela população dos bairros Lagoinha e Bonfim. Disse que essa área é atendida por apenas uma linha de ônibus. Declarou o posicionamento contrário dos moradores do Bairro Lagoinha à proposta do Executivo de construir centro administrativo nessa área. Reivindicou para o Bairro Lagoinha intervenções outras que incentivem o comércio, o turismo e a cultura e promova a revitalização do bairro, de modo a viabilizar o progresso e a permanência da população em seus lares. Considerou que a população deveria ser chamada a opinar sobre o projeto de construção de centro administrativo municipal. O presidente prorrogou a reunião por trinta minutos. O cidadão Nemer, integrante da plateia, parabenizou a comissão pela realização de audiências temáticas sobre o PPAG. Considerou que a democracia não pode ser uma farsa e que as emendas populares acatadas pela comissão deveriam ser aceitas pelo Executivo. Reivindicou investimentos para ampliar a coleta seletiva de lixo em Belo Horizonte. Avaliou que essa iniciativa pode reduzir os índices de dengue no Município. Comentou que o Executivo prevê aumento de 6km/h para 15km/h na média de velocidade de veículos no Centro de Belo Horizonte. Questionou a viabilidade dessa proposta diante do projeto de construção de estacionamentos subterrâneos no Centro, o que, segundo seu entendimento, estimulará o aumento de veículos nessa área. Um cidadão não identificado disse que o secretário Custódio Antônio Mattos demonstrou em várias reuniões do Conselho Municipal de Política Urbana - Compur - desconhecer o Regimento Interno desse órgão e o Plano Diretor de Belo Horizonte. Observou que os arts. 76 e 77 do Plano Diretor estabelecem a obrigação de participação popular em obras estruturantes pela cidade. Disse que as propostas de construção de estacionamentos subterrâneos e do Centro Administrativo no Bairro Lagoinha não foram submetidos à apreciação popular. Disse que, desde a década de 90, dispenderam-se recursos públicos em projeto de revitalização do Bairro Lagoinha. Criticou o fato de que esse projeto não será aproveitado e as melhorias já

A handwritten signature in the bottom right corner of the page.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

realizadas serão destruídas com a construção do Centro Administrativo do Bairro Lagoinha. Disse que, sobre a área de resultado do PPAG denominada Parcerias, Concessões e Operações Urbanas, é determinado por lei a obrigatoriedade de realização de audiências públicas. Afirmou que, caso essa determinação legal não seja cumprida, haverá questionamento perante o Poder Judiciário. Vanessa, representante do Movimento Nossa BH, observou que é sabido que o transporte ferroviário é mais eficiente que o sobre rodas e, a longo prazo, apresenta melhor relação custo-benefício. Questionou por que o Executivo insiste em ampliar as vias destinadas a transporte sobre rodas, sendo que é esse menos benéfico do ponto de vista econômico, de mobilidade e de sustentabilidade do que o transporte por trilhos. Salientou a necessidade de se cobrar do Executivo a realização da Conferência Municipal de Política Urbana. Declarou que a análise do PPAG realizada pelo Movimento Nossa BH está disponível na página eletrônica dessa entidade. Salientou a necessidade de disponibilização das dotações orçamentárias para subações. Leu trecho de relatório do Movimento Nossa BH sobre o PPAG. Artur, membro da Assembleia Popular Horizontal, reivindicou que mudanças nos quadros de horários de ônibus sejam previamente comunicadas à população. Criticou a extinção da Câmara de Compensação Tarifária. A cidadã Conceição, integrante da plateia, criticou o estado de abandono da Região Nordeste de Belo Horizonte e a estrutura dos pontos de ônibus. Considerou que esses equipamentos não viabilizam com eficiência a proteção dos usuários contra intempéries. Salette Gontijo, membro da Assembleia Popular Horizontal, reivindicou mais transparência sobre informações de gastos públicos com a Copa de 2014. Ramon Victor Cesar disse que, na Região Pampulha, será construído o maior terminal de BRT do Município, mas não sabia precisar em que área do PPAG estão previstos os recursos para essa obra. Informou que está em fase de construção o Terminal São Gabriel, que, segundo explicou, é um terminal intermodal para ônibus e metro. Disse que será construída a nova rodoviária vizinha a esse terminal. Sobre questionamento a respeito de trânsito caótico sugeriu a leitura de um editorial do jornal *Folha de São Paulo* que traz a questão



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

dos congestionamentos como um problema inerente às grandes metrópoles. Sobre as críticas do vereador Gilson Reis sobre falta de planejamento da BHTrans, convidou-o para passar um dia nesse órgão para conhecer suas rotinas e trabalhos de simulação das intervenções viárias. Disse que o projeto para o metrô está posto e envolve cerca de R\$3 bilhões. Disse que os recursos federais para o metrô ainda não foram entregues porque não se ingressou na fase de execução de obras. Informou que o governo federal repassou cerca de R\$60 milhões para custear gastos com projetos. Disse que, no momento, estão sendo realizados projetos de engenharia da Linha 1 e de implantação das linhas do Barreiro e da Savassi. Observou que a Savassi é uma área do Município com alto número de empregos e a linha que atenderá a essa região atenderá à classe trabalhadora. Disse que a PBH entregou ao governo federal projetos para obter recursos oriundos do chamado PAC 50 e aguarda definição do governo federal quanto aos recursos a serem destinados a cada projeto. Disse que não há transferência de recursos para o BRT paralisada. Disse que as obras do BRT continuam em ritmo célere e devem ser entregues na virada do ano de 2013 para 2014 e as primeiras viagens devem realizar-se no princípio de fevereiro de 2014. Disse que a PBH apresentou projeto ao governo federal para receber R\$100 milhões para criação de faixas exclusivas para ônibus. Salientou que a meta da PBH é construir 200km de ciclovias que serão interligadas gradualmente ao longo do tempo. Disse que os recursos previstos no PPAG referentes ao metrô são apenas aqueles tomados pelo Município por empréstimos. Disse que os recursos de outros entes federativos e de parceiros privados não constam do PPAG. Disse que está em andamento auditoria sobre o serviço de transporte coletivo. Informou que o contrato dessa auditoria consta do portal de transparência da PBH na internet. Declarou que não pode entregar relatórios parciais dessa consultoria pelo fato de que não são conclusivos. Afirmou que, finda a auditoria, seus resultados serão tornados públicos. Disse que a BHTrans criou um portal transparência, onde constam todas as informações sobre o transporte coletivo, inclusive sobre receitas, custos e passageiros transportados. Disse que os concessionários do serviço de transporte

A handwritten signature in blue ink, located at the bottom right of the page.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

coletivo também operarão o BRT por força de disposição da licitação do transporte coletivo realizada pela gestão que antecedeu a atual. Informou que o BRT da Avenida Amazonas está em fase de estudos e está em análise a possibilidade de alocação de recursos do chamado PAC 50 para essa obra. Disse que esse projeto acarretará poucas desapropriações a serem realizadas nos locais em que serão construídos os terminais de BRT. Saliu que cerca de 30% de veículos em congestionamentos está em busca de vagas de estacionamento. Disse que o projeto de construção de estacionamentos subterrâneos não implicará custos para o Município por ser concessão. Disse que se tratarão de estacionamentos pagos, o que considerou a melhor forma de se inibir a utilização de transporte particular. Disse que serão retiradas 50% das vagas nas vias do entorno dos estacionamentos para disponibilizar esses espaços para o fluxo de veículos. O presidente informou que o secretário Custódio Antônio Mattos estaria presente em audiência pública no dia 21/10/13, quando poderia responder questionamentos apresentados nesta audiência. Informou que a comissão fará a análise das sugestões apresentadas e transformará em emendas ao PPAG aquelas que entender pertinentes. Informou que o prazo para apresentação de sugestões findaria em 23/10/13. Nada mais havendo a ser tratado, às 21h55min, o presidente declarou encerrados os trabalhos. Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pelo presidente desta reunião.

Presidente:.....

